



ACÓRDÃO Nº925/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11404/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Coordenadoria de Administração – SEFAZ.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Afonso Lobo Moraes, Jorge Eduardo Jatahy de Castro, Francisco Arnobio Bezerra Mota, Alfredo Paes dos Santos, Camilla Maria Edwiges Montenegro e Souza Soares (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3393/2020-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Coordenadoria de Administração - SEFAZ. Exercício de 2017.

Regularidade. Regularidade com ressalvas. Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular a prestação de contas da Coordenadoria de Administração da Secretaria de Estado da Fazenda Estadual, referente ao exercício financeiro de 2017, de responsabilidade do **Sr. Afonso Lobo Moraes** no período de 01/01/2017 a 23/01/2017.

10.2. Julgar regular com ressalvas a prestação de contas da Coordenadoria de Administração da Secretaria de Estado da Fazenda Estadual, referente ao exercício financeiro de 2017, de responsabilidade do **Sr. Jorge Eduardo Jatahy de Castro** durante o período entre 23/01/2017 e 10/05/2017, bem como do **Sr. Francisco Arnobio Bezerra Mota**, responsável durante o período entre 10/05/2017 e 04/10/2017, e do **Sr. Alfredo Paes dos Santos**, responsável durante o período entre 04/10/2017 e 31/12/2017, assim como da **Sra. Camilla Maria Edwiges Montenegro e Souza Soares**, na qualidade de ordenadora de despesas do órgão.



ACÓRDÃO Nº925/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Determinar à atual gestão da Secretaria de Estado da Fazenda que, nas futuras concessões de adiantamentos, observe as determinações do art. 4º do 16.396/94 c/c art. 68 da Lei 4.320/64, ou seja, que restrinjam as concessões às despesas de pequena monta cujo caráter excepcional e urgente torne inviável a realização de licitação, justificando expressamente as razões para adoção do regime de adiantamento.

10.4. Determinar à comissão de inspeção do exercício vindouro a análise detida do resultado e das respectivas medidas adotadas em decorrência da Comissão instituída pela Portaria nº. 0071/2018-GSEFAZ.

10.5. Notificar o Sr. Afonso Lobo Moraes, Sr. Jorge Eduardo Jatahy de Castro, Sr. Francisco Arnóbio Bezerra Mota, Sr. Alfredo Paes dos Santos e a Sra. Camilla Maria Edwiges Montenegro e Souza Soares para que tenham conhecimento da decisão.

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho pelas complementações quanto à fundamentação do julgamento.

11- Ata: 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Setembro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral